

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3057, de 2000, do Sr. Bispo Wanderval, que "inclui § 2º no art. 41 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, numerando-se como parágrafo 1º o atual parágrafo único" (estabelecendo que, para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação por outro órgão). - PL305700.

## **PROJETO DE LEI Nº 3.057, DE 2000**

**Dispõe sobre o parcelamento do solo para fins urbanos e sobre a regularização fundiária sustentável de áreas urbanas, e dá outras providências.**

### **EMENDA ADITIVA /2006**

Inclua-se no Projeto de Lei nº 3.057, de 2000, onde couber, o seguinte dispositivo:

“Art. - A alienação de lotes ou unidades autônomas pode ser contratada por qualquer uma das formas previstas em lei, vedada, no contrato celebrado, a inclusão de cláusula que permita o arrependimento do empreendedor, sob pena de considerar-se não escrita.”

### **JUSTIFICATIVA**

A emenda procura revogação implícita de direitos concedidos ao comprador, por força do Código de Defesa do Consumidor, que admite a desistência unilateral do contrato, inclusive com a devolução das prestações pagas.

Sala da Comissão, em 11 de Julho de 2006.

Deputado **CELSO RUSSOMANNO**